

CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS DE PIAGET E FREIRE PARA REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA E A NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Sabrina Sacoman Campos ALVES¹

RESUMO

O presente texto tem como objetivo expor as reflexões elaboradas em função da mesa-redonda “Formação de Professores de Educação Física da Perspectiva da Base Nacional Comum Curricular: Uma Escola Democrática”, que compõe as atividades do “9º Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar e 4º Congresso Nacional de Professores de Educação Física”, realizado na Universidade Estadual de Londrina, em maio de 2019. Com base no estudo realizado em nossa pesquisa de Doutorado, destacamos, aqui, as ideias de Jean Piaget e Paulo Freire que apontam para o conceito de Democracia e para a Educação Democrática, ressaltando os aspectos sobre moral presentes nas teorias dos referidos autores e evidenciando as aproximações entre eles nesse campo. Ao abordar questões sobre moral, os conceitos “Respeito Mútuo” e “Autonomia Moral” são utilizados como base para a reflexão, colaborando para alcançarmos a compreensão do que seria, de fato, uma escola democrática. Atendendo à proposta do evento, buscamos relacionar, também, a questão da Educação Democrática com os princípios trazidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), recentemente promulgada em nosso país, visando contribuir com a teoria e a prática do professor. A BNCC tem sido motivo de muitas dúvidas e críticas, por isso, é essencial que os educadores, de todas as áreas, empenhem-se em refletir seus princípios e dialogar sobre a sua atuação frente a eles. Acreditamos que o nosso contexto social e político atual, permeado por transformações e incertezas, exige que, como cidadãos e educadores, possamos buscar formas de caminhar para uma sociedade mais humana e justa, e que a escola democrática pode ajudar-nos a alcançá-la.

Palavras-chave: Piaget; Freire; Moral; Educação Democrática; Base Nacional Comum Curricular.

INTRODUÇÃO

A convivência democrática é um desafio para a nossa sociedade, e isso inclui um desafio para a educação. As instituições educativas, assim como a sociedade em geral, são formadas por uma pluralidade de pessoas, crianças ou

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/ Marília. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Epistemologia Genética e Educação – GEPEGE. profsaalves@gmail.com

adultos, com valores e culturas diferentes, o que faz com que os conflitos permeiem as relações.

Os dados de diversos estudos, como por exemplo de Waiselfisz (2016), que trata do avanço da violência homicida em nosso país, assim como as recorrentes notícias divulgadas pela mídia, demonstram que a violência em nossa sociedade é uma realidade muito alarmante, que os conflitos e a falta de valores como o respeito e a convivência democrática, têm tornado a nossa sociedade muito desigual e desumana.

Avançamos em muitas áreas, como na tecnologia por exemplo, por isso, vivemos com mais recursos, mais possibilidades, maior alcance, mais rapidez, etc. Por outro lado, vivenciamos grande individualismo, falta de respeito, intolerância, indiferença, violência, autoritarismo e opressão, de forma exacerbada, nessa mesma sociedade.

A escola, igualmente, tem sido cenário desses conflitos, muitas vezes extremos. Em Tognetta *et. al* (2010), encontramos um panorama geral da violência na escola, apresentando dados preocupantes sobre essa realidade e sua relação com a formação ética do sujeito.

Também nessa perspectiva, em nossa pesquisa de Mestrado (Campos, 2012), buscamos verificar se a noção de violência, de crianças e adolescentes, está relacionada à noção de respeito e como essa relação se estabelece em ambientes sociomoraes cooperativos e coercitivos. Os dados das entrevistas nos evidenciaram que há correlação entre o desenvolvimento da noção de respeito, que se desenvolve do Respeito Unilateral para o Respeito Mútuo, e a noção de violência, que se desenvolve de uma avaliação por princípios externos à consciência do sujeito para uma avaliação por princípios internos à consciência. Nesse estudo, pudemos, também, verificar que o ambiente sociomoral cooperativo, devido às formas de relação que são vivenciadas, apresenta maior número de sujeitos que avaliam as situações baseados no respeito mútuo e, portanto, têm uma avaliação mais crítica e autônoma sobre a violência.

O estudo acima citado, assim como outros que vêm sendo realizados na área da moral, nos ajudam a pensar a importância das relações que são vivenciadas pelos sujeitos, principalmente nas instituições educativas.

As instituições que educam, escola e família, precisam promover um ambiente que possibilite e favoreça a construção da convivência democrática

como um valor, uma escola/educação democrática. Mas, o que seria uma educação democrática?

Buscaremos estabelecer uma reflexão e iniciar um diálogo sobre a educação democrática a partir das teorias do educador e filósofo, patrono da educação brasileira, Paulo Freire e do epistemólogo e psicólogo suíço Jean Piaget. Para tal, consideramos os aspectos sobre moral presentes em suas obras e a aproximações entre eles nesse campo.

EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA: CONTRIBUIÇÕES DE PIAGET E FREIRE

Para pensarmos sobre Educação Democrática, logo, sobre Democracia, no contexto da educação brasileira, em meio às atuais questões políticas, sociais e morais, das quais a BNCC também participa, é coerente, e eu diria necessário, tratarmos das ideias do educador brasileiro Paulo Freire.

Paulo Freire foi, principalmente, um educador que se preocupou veementemente com a transformação da realidade opressora em que vivem inseridos muitos brasileiros. Ele acreditou na capacidade que a educação possui de levar o homem a ler, refletir e pronunciar o mundo. De acordo com os inúmeros relatos daqueles que conviveram com ele ou estudaram a fundo sua vida e obra, como vemos na descrição de inúmeros verbetes presentes no “Dicionário Paulo Freire” (STRECK *et all*, 2010), foi um educador e, sobretudo, um ser humano, que, assumindo coerência entre a teoria e a prática, vivenciou e lutou por uma sociedade mais democrática, e por uma educação crítica e transformadora. Foi movido por e deixou como legado: uma profunda esperança no mundo e no homem (FREIRE, [1192], 2008).

Freire aspirava por uma pedagogia que desconstruísse as relações de opressão e dominação, e que levasse o educando a uma conscientização, a dizer sua palavra, a questionar as estruturas opressoras e a agir em favor da transformação social, visando uma sociedade mais justa e humana (FREIRE, [1970], 2011).

Acreditando nessa capacidade humana de construir-se e reconstruir-se, de forma ativa, Freire criticou a educação cujo o foco é a transmissão de conteúdos, em que o educando é compreendido como passivo. Freire criticou

profundamente o que ele mesmo nomeou de Educação Bancária (FREIRE, [1996], 2016).

Ao contrário, apontou caminhos que consideram a ação do sujeito como essencial para a construção do conhecimento, destacando a importância da saída da consciência ingênua e a busca por uma consciência crítica e engajada, pela conscientização. Freire trata de três níveis de consciência: inicialmente, a consciência semi-intransitiva, aquela em o homem encontra-se profundamente imerso na realidade em que vive e, por isso, não consegue distanciar-se dela para avaliá-la; depois, a consciência ingênuo-transitiva, que pode ser considerada como uma transição, pois o homem começa a objetivar e avaliar a realidade, percebendo nela algumas “fendas”; e, por fim, a consciência transitivo-crítica, que é capaz de avaliar criticamente a realidade e situar-se nela histórica e culturalmente, tornando-se, de fato, sujeito dela. Freire ainda introduz à essa consciência crítica a Conscientização, ou seja, o engajamento decorrente dessa consciência crítica, a consciência que assume forma em ação voltada para a transformação da realidade que oprime e desumaniza, para Freire, o objetivo da educação (FREIRE, [1980], 2001).

Essa forma de olhar para a educação como processo ativo e transformador se aplica tanto ao aspecto cognitivo como ao aspecto ético, ou seja, é impossível pensar um ser humano dividido entre cognitivo e moral. A autonomia de que trata Paulo Freire é intelectual, mas também, ética (FREIRE, [1996], 2016).

Nessa perspectiva da formação ética do ser humano, Freire fala da importância da democracia ser vivenciada nas relações educativas. Para ele, as relações devem se pautar no respeito mútuo e permitir que, de forma reflexiva e crítica, todos possam ter voz ativa, engajar-se nas questões sociais, discutir o que é bom e justo para todos e lutar por isso.

A democracia é a forma de gestão social que implica a participação ativa de todos, nas reflexões, nas escolhas, nas decisões e nas ações, o poder deixa de estar centralizado em uma pessoa ou em um grupo.

Freire ([1995], 2013) explica que como seres humanos nas relações que vivenciamos estamos a todo tempo fazendo escolhas permeadas pela ética. Cita o exemplo da tecnologia, que pode ser utilizada tanto para o bem comum como para desumanizar e violentar. Quantas vezes situações da modernidade e pós-

modernidade, como a tecnologia, por exemplo, são vivenciadas sem compaixão ou compromisso; afinal, vivemos sozinhos em meio à multidão. Como conviver em nossa sociedade atual pautados por princípios éticos?

De acordo com Freire, podemos considerar que a nossa sociedade ainda é inexperiente em termos de democracia e a escola pode colaborar na formação de cidadãos atuantes para um contexto democrático. Ele deixa claro que a democracia, fundamental para a formação em favor da autonomia, pode ser experimentada dentro e fora da sala de aula, nas relações educativas.

Freire ([1996], 2016) destaca a essencialidade do educador para que essa forma de educação se efetive. O educador deve saber ouvir o educando, considerando seus conhecimentos e sentimentos, deve promover reflexões e momentos para que todos possam se expressar e dialogar sobre as ideias, ele precisa acreditar que o respeito mútuo entre os educandos e entre educandos e educador é o contexto favorável para o desenvolvimento em favor da autonomia, assim, o educador não é o dono do conhecimento e da verdade, mas propõe intencionalmente e participa de um contexto dialógico educativo em que educador e educandos ensinam e aprendem. Por isso, a pedagogia que Freire tem como base é fundamentada no diálogo, que ele considerou o encontro amoroso entre os homens, em que todos podem dizer sua palavra e serem ouvidos, valorizados em seus saberes, ensinando e aprendendo ao mesmo tempo.

Também em Piaget vemos esse papel do educador como essencial para que se estabeleça uma proposta diferenciada de educação, que considere o aluno como ativo e que valorize a convivência democrática e o respeito mútuo.

Então, a formação inicial e continuada dos professores deve ser sempre considerada como pilar fundamental da educação. Essa formação não deve ficar centrada apenas em aspectos teóricos e conceituais, mas envolver a prática também, e, em especial, deve ser uma real experiência de educação ativa e democrática. Não podemos esquecer que a maioria dos educadores foram formados pela escola tradicional, que oprime e padroniza, e que é preciso, portanto, outras referências. Acreditamos, assim como vemos em Freire, na importância da formação ética do educador para que este possa propor e vivenciar junto aos educandos experiências morais de autonomia.

Esse tipo de educação diferente, que se faz ativa e democrática, que visa a autonomia intelectual e moral, desconstrói o modelo tradicional que conhecemos de educação, no qual, a grande parte de nós, fomos educados e que ainda vemos sobreviver na maioria das nossas escolas atuais; essa educação questiona, inclusive, as estruturas e funcionamento da sociedade atual.

Ao estudarmos a teoria de Paulo Freire, notamos que ele não reserva uma obra específica para tratar a questão da moral, mas encontramos elementos que revelam suas ideias sobre o desenvolvimento moral dispersos em diversas de suas obras. Compilando suas ideias sobre a moral, começamos a notar as semelhanças e diferenças com a teoria de Jean Piaget, autor que se dedicou a compreender a construção do conhecimento e reservou parte de seu tempo e de sua obra para delinear uma teoria sobre o desenvolvimento moral. Destacamos o livro “O juízo moral na criança” ([1932], 1994), obra em que Piaget relata sua compreensão sobre o desenvolvimento moral infantil, apresentando pesquisas, teóricas e empíricas.

É interessante citar que Freire ([1992], 2008) relata uma experiência que vivenciou com alguns pais, em uma conversa sobre as sanções. Na ocasião, abordou a questão da sanção expiatória e da sanção por reciprocidade e utilizou a obra “O juízo moral na criança”, de Piaget, adjetivando-a de excelente. Constatou que, apesar do conteúdo adequado, a forma como se dirigiu aos pais presentes, famílias simples e sofridas, não foi adequada. Deveria tê-los ouvido e compreendido mais.

Em estudo realizado em nosso Doutorado (ALVES, 2018), evidenciamos as aproximações entre Paulo Freire e Jean Piaget sobre a moral, aprofundando-nos, em especial, nos conceitos de respeito mútuo, autonomia e educação moral.

Nesse estudo destacamos algumas aproximações, já pesquisadas anteriormente por Becker (2011), sobre a aprendizagem. O autor ressalta as aproximações entre Freire e Piaget no que se refere à epistemologia que embasa suas teorias. Para esses autores, o conhecimento não é inato e nem transmitido ao sujeito, mas construído a partir das interações dele com o objeto ou o mundo. Nesse processo o sujeito tem papel ativo, ou seja, sua ação tem papel fundamental na construção do conhecimento e do seu próprio eu.

Ambos os autores também se aproximam quando atribuem papel fundamental nessa construção do sujeito à tomada de consciência. A consciência também se fundamenta na ação do sujeito e evolui de uma consciência mais ingênua e acrítica para uma consciência mais complexa e crítica. Freire, como já mencionado, avança com o conceito de conscientização, que agrega à consciência crítica o engajamento, ou seja, a ação efetiva em prol da transformação da realidade.

Para além do aspecto cognitivo, as aproximações entre as teorias de Piaget e Freire se dão também no aspecto moral. Piaget elaborou uma teoria específica para explicar o desenvolvimento moral, já Freire não se preocupou especificamente em explicar tal desenvolvimento, ele foi delineando suas ideias sobre a temática ao longo de suas obras, ao discutir questões sociais, políticas e educacionais.

Em Piaget ([1932] 1994; 1996) encontramos que as primeiras formas de relações sociais que estabelecemos na infância são baseadas na coerção e no respeito unilateral, ou seja, acatamos as ordens dos adultos ou dos mais velhos sem questionamentos, então, as regras são colocadas pelo outro e cumpridas “ao pé da letra”. Essa conduta é considerada heterônoma, pois as regras são exteriores à consciência, constitui-se a moral do dever. Gradativamente, à medida em que as relações vão se tornando mais cooperativas, com os sujeitos se considerando como iguais e agindo com reciprocidade, sobressai o respeito mútuo, começamos a refletir sobre as regras, sobre sua coerência e justiça, e aceitamos a possibilidade de criar regras, mudá-las ou até mesmo deixar de segui-las em virtude de um bem maior. Nesse caso, temos a autonomia, ou moral do bem, pois as regras passam a ser conteúdo da própria consciência e cumpri-las estará ligado aos valores envolvidos.

Dongo-Montoya (2017) e La Taille (2006) destacam que a moral do bem tem sua origem, ou seja, suas primeiras formas, presentes já no início da vida. Na teoria de Piaget sobre o desenvolvimento moral vemos que, assim como acontece no aspecto cognitivo, a consciência moral parte da ação. Para Piaget, a tomada de consciência moral, apesar de ser análoga e solidária à tomada de consciência intelectual e dela depender, não se reduz a ela, está direcionada a normas associadas a ações e coordenações que exigem afeição mútua. Existem fundamentos da moral do bem, a moral autônoma, presentes nas primeiras

condutas e sentimentos das crianças, que evoluem, passando por transformações estruturais, até se tornarem noções e sentimentos conscientes. Só que no intervalo entre as primeiras condutas e sentimentos altruístas e a moral do bem, há a interferência da coação adulta e do egocentrismo infantil, que precisam gradativamente ser superados.

Piaget explora minuciosamente os aspectos do desenvolvimento moral, trazendo à tona as questões do funcionamento e da estrutura. Para além dos amplamente discutidos estádios do desenvolvimento moral – anomia, heteronomia e autonomia -, que podemos também considerar como momentos em que predominam determinados juízos ou ações, Piaget se preocupou em compreender como se passa de uma forma de juízo ou ação para a outra, quais fatores estão envolvidos para que essa construção aconteça.

Freire ([1967], 2007) também considera o homem como um ser social, que se constrói nas relações que estabelece com os outros homens e com o mundo. As relações de opressão, para ele, levam o homem à condição de objeto, e não de sujeito.

Em Freire constatamos a evolução da heteronomia para a autonomia, considerando as formas de relação que são vivenciadas e o tipo de respeito proveniente delas, quando o autor discute a questão das relações opressoras e das relações dialógicas. Para ele, as relações de opressão são relações em que predomina a desigualdade entre os homens, aquele que é considerado melhor ou mais poderoso, o opressor, impõe suas vontades, que são aceitas sem questionamentos pelo mais fraco, o oprimido. É considerado certo seguir as ordens do patrão, do professor ou de qualquer outro “superior”, mesmo que essa ordem seja injusta ou indevida, pelo simples fato de o sujeito se considerar inferior e incapaz de pensar. Indo de encontro a esse tipo de relação, Freire propõe as relações dialógicas, em que todos se considerem como iguais e possam dizer sua palavra, pensar, refletir, criar... Esse tipo de relação, que Freire considerou amorosa, não no sentido romântico, mas por compreender os dois polos da relação como capazes de pensar e sentir, e por possibilitar o encontro desses pensamentos e sentimentos, é permeada pelo respeito mútuo - como descrito em Piaget-, e capaz de levar à autonomia, por abrir caminhos para que pensemos a regra a partir de princípios do bem e considerando os valores envolvidos na situação.

Piaget deixou claro em sua obra que a moral se dá pelo respeito à pessoa que criou ou nos transmitiu uma regra e não pela regra em si. Isso nos faz pensar que a regra em si não assume significado para o homem se ela não está inserida em um contexto social, de relações que se estabelecem entre as pessoas, que faz com que a regra passe a ter sentido ou não em uma determinada situação.

Quando o educador aplica uma regra, como, por exemplo, “não mentir”, a regra em si, se considerada isolada, não tem significado: “por que não mentir se inventar uma nova versão para uma história me favorece e se não fui eu quem decidiu isso?”. Porém, se considerarmos que as pessoas com quem convivo na escola ou na família fazem parte da minha vida, são meus pais, parentes, colegas e professores, e ao mentir estarei traindo a confiança deles e rompendo o vínculo que existe entre nós, a regra passa a ter significado e se torna minha regra, então, eu me cobro e cobro o outro sobre isso.

A autonomia de que tratam Piaget e Freire não é apenas intelectual, mas também moral. A autonomia moral implica a capacidade de descentralizar-se, de considerar o ponto de vista do outro, e de guiar-se de acordo com a própria consciência, considerando os aspectos afetivos e os sentimentos morais envolvidos. Uma pessoa pode ser capaz de coordenar pontos de vista intelectualmente, mas para considerarmos que uma ação seja moral, ela precisa ser capaz de coordenar também os sentimentos e valores morais envolvidos. É preciso ser capaz de me colocar no lugar do outro de modo a sentir como ele uma determinada situação.

Em Freire e em Piaget encontramos a ideia de que o sujeito está sempre em construção e que nessa construção ele é ativo. Ao mesmo tempo que constrói a si mesmo, constrói e reconstrói o mundo à sua volta. As relações sociais e as consequências dela também podem ser transformadas pela ação do sujeito. O respeito mútuo e a autonomia moral são caminhos para que essa transformação ocorra em favor de homens e mulheres mais humanos, que consideram uns aos outros, e prezam por uma sociedade em que todos sejam incluídos e tenham, clareza dos seus deveres, mas também seus direitos garantidos.

Na escola, para que o respeito mútuo prevaleça e a autonomia em relação as regras também, não bastam momentos isolados de cooperação. Ou seja, não basta vivenciar diariamente a transmissão e a passividade e inserir atividades

isoladas, como uma roda de conversa, por exemplo. É preciso que a rotina diária, o espaço, tempo, materiais e ações sejam intencionalmente propostos no formato de um ambiente sociomoral cooperativo e democrático.

Mas, o que torna uma escola democrática?

Para Freire a educação é um ato político e crítico. Para ele, a educação deve ser reflexiva e ética. A educação, mais do que depositar no educando conteúdos, de forma a reproduzir uma estrutura opressora, deve levá-lo a questionar e conscientizar-se sobre essa estrutura, para, então, engajar-se democraticamente em prol de uma sociedade mais justa e humana. Piaget também não acredita em uma educação neutra, e se coloca a favor da educação que possibilite a participação ativa de todos.

A vertente política e crítica perpassou toda a teoria e obra de Freire de forma muito explícita. Seu legado é uma tradução de uma vida de luta e compromisso com a superação da relação predominante em nossa sociedade, a opressão. Sempre manifestou sua esperança no homem, sua fé na capacidade de se transformar e de transformar a realidade que oprime e desumaniza. Foi amoroso em seus diálogos e na forma de olhar para seus semelhantes, em especial, para os pobres, minorias e marginalizados.

Piaget tinha como preocupação mais explícita compreender como o conhecimento era construído, e, apesar de não questionar prioritariamente as estruturas sociais, discute as formas de relação social, colocando-se contra as relações coercitivas e a favor de uma cultura da paz e da justiça, possível por meio de relações permeadas pelo respeito mútuo e a reciprocidade. Ele não formula uma pedagogia, mas dá direcionamentos de uma educação de qualidade e para a paz, que acredite na capacidade do sujeito de ser cada vez mais consciente e de agir cada vez mais pela sua própria consciência sem desconsiderar o outro (PIAGET, [1969],1970; [1971], 1973; 1998).

Considerando os apontamentos sobre educação realizados por Piaget, em especial sobre a educação moral, destacamos o trabalho em grupo e o *self-government*. Ambos promovem o trabalho coletivo e cooperativo, a reciprocidade, o respeito mútuo e a participação democrática dos educandos nas atividades e na elaboração e aplicação das regras morais. Os princípios que embasam essas práticas nos parecem os mesmos presentes na proposta dos círculos de cultura, propostos por Freire.

Vinha *et all* (2017) destaca a importância do clima escolar, que diz respeito às percepções e expectativas de toda a comunidade escolar a partir das experiências vividas na instituição, para a convivência democrática, e acrescenta que o clima escolar não necessariamente leva ao desenvolvimento da autonomia moral. Para isso, faz-se necessário um ambiente sociomoral cooperativo, ou seja, aquele em que, de fato, prevalece o respeito mútuo e a reciprocidade.

Piaget e Freire concordam em vários apontamentos sobre a educação que possibilita a formação para a autonomia intelectual e moral. Falam da importância da educação atribuir papel ativo para o educando, considerando suas curiosidades, competências e habilidades. A educação deve desenvolver o pensamento crítico, por isso, os autores dispensam os métodos verbalistas de transmissão e propõem uma educação de vivências e de participação, em que todos possam ter voz e ser ouvidos. Essa participação vai desde a resolução das situações problemas, até a construção coletiva das regras e combinados. Essa liberdade e responsabilidade, que são concedidas, também devem ser acompanhadas e cobradas, pois a autoridade e a disciplina continuam a existir, mas não de forma coercitiva, e sim dialógica.

A educação democrática está fundamentada em um ambiente sociomoral cooperativo. As práticas que dela decorrem valorizam a participação cidadã, permeada de direitos e deveres para todos, da possibilidade de fazer escolhas, de propor soluções, de falar dos sentimentos e refletir sobre o individual e o público. Ela é, com certeza, uma possibilidade de uma formação mais autônoma e humana para todos, assim como de uma sociedade mais justa.

OS PRINCÍPIOS DA BNCC E A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

No contexto atual político, social e educacional brasileiro, com uma nova Base Nacional Curricular Comum, precisamos refletir os princípios para os quais ela aponta, que tipo de formação ela busca, e como propor conceitos e práticas que permitam promover a formação ideal para os nossos alunos.

Segundo consta em seu texto, a BNCC, orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos, anteriormente delineados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB), reitera a intenção de buscar, com a

educação brasileira, a formação humana integral e a construção de uma sociedade equitativa, democrática e inclusiva.

O que podemos entender por formação integral? O que seria uma sociedade equitativa, democrática e inclusiva? Como alcançá-la? Qual a relação desse tipo de formação e dessa sociedade que se deseja com o desenvolvimento moral do sujeito?

A nova Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) tem como objetivo definir um conjunto de aprendizagens que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica. Não se trata especificamente de um currículo, mas de princípios que devem nortear os currículos e propostas pedagógicas das escolas da rede pública e da rede privada de ensino em todo o Brasil.

Acreditamos que a BNCC não deve ser considerada como um currículo pronto, mas compreendida como princípios que devem nortear os currículos e propostas pedagógicas, e, por esse olhar, a autonomia do professor em planejar, intervir e avaliar podem ser preservadas. Do contrário, a base se torna um engessamento do trabalho e um limitador para as relações e construções no âmbito escolar.

Como já mencionado, a BNCC pretende a formação integral do homem e uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Seu objetivo é alcançar qualidade no ensino por meio desse conjunto de aprendizagens a que todos os alunos têm direito.

Tanto Piaget como Freire discutem o que é uma educação de qualidade. Deixando de lado a questão quantitativa, que mensura os resultados por meio das notas e das aprovações, a qualidade da educação deve ser considerada como a possibilidade de uma formação consistente e significativa, que desenvolve o sujeito em favor da autonomia, e que se estenda para todos.

Algo que é essencial é que a BNCC apresenta um conjunto de competências gerais que devem ser desenvolvidas pelos estudantes. Competência é compreendida, nesse contexto, como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018).

Ao trazer o conceito de competência como objetivo a ser alcançado pela educação, pressupõe-se que a educação não deva ser apenas expressa no acúmulo de conceitos e em prática mecânicas e descontextualizadas, mas em vivências significativas, que possibilitem a transformação dos conceitos em ações, ou seja, que haja aplicabilidade na vida para o que é aprendido na escola.

É muito presente no texto da BNCC, em todas as etapas e áreas de ensino, o olhar para as competências socioemocionais. Também é recorrente a ideia de uma formação democrática, da democracia como um fim a ser atingido. Nessa perspectiva, os conteúdos devem ser abordados de forma contextualizada, resgatando aspectos também das vivências e culturas daquela sociedade.

Ao menos no discurso, vários princípios levantados pela BNCC vão ao encontro da proposta de uma educação democrática, ativa, inclusiva e participativa.

A ideia de trabalhar com competências abre espaço para se pensar metodologias diferenciadas que proporcionem a atividade do sujeito na construção de um conhecimento que tenha significado e possa ser aplicado.

No contexto da educação democrática, considerando o que já discutimos com base nas teorias de Freire e Piaget, vemos que o espaço, tempo e materiais devem estar alinhados à proposta de uma educação ativa, que proporcione a autonomia intelectual e moral dos educandos. A preocupação com um ambiente sociomoral cooperativo, em que os educandos possam refletir, dar ideias, dialogar, fazer escolhas e tomar decisões, deve ser um foco e direcionar o trabalho.

Também podemos sugerir que a preocupação com as habilidades e competências socioemocionais aparecem de forma tão acentuada devido à demanda que urge no contexto social e político atual.

Sabemos que existem críticas e questionamentos aos objetivos, inclusive implícitos, da Base Nacional Comum Curricular e um embate político em que diferentes polos olham para esse documento de posições e com interesses diferentes.

As críticas que recaem sobre a BNCC do Ensino Médio, onde a proposta de mudança é bem significativa, envolvem, dentre outras, a questão do currículo composto por carga horária obrigatória de Língua Portuguesa e Matemática e

flexibilização da organização curricular das demais disciplinas (dentro das áreas), que tornam o percurso da formação, aparentemente, mais flexível, mas que também pode atribuir valores diferentes às áreas/disciplinas. O cuidado exige a reflexão: trata-se de uma formação mais autônoma ou do enfraquecimento intencional de algumas áreas?

A BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental também recebem questionamentos diversos, como por exemplo, uma possível antecipação da língua escrita e a supressão da infância.

Portanto, é preciso refletir e questionar não só os conteúdos que estão sendo propostos em cada etapa do ensino, mas também como tais conteúdos devem ser desenvolvidos.

Mas, diante do panorama que se apresenta, em que a BNCC é uma realidade a ser aplicada, convém a nós educadores levantarmos seus pontos positivos e ampliá-los com base nas teorias que embasam o trabalho docente, (e, nesse ponto, podemos nos apoiar em Freire e Piaget), assim como elucidar suas fragilidades, engajando-se em um trabalho de luta por transformação desses aspectos. A democracia, citada pela base e necessária para nossa sociedade, exige que não cessemos nunca o diálogo e a participação ativa nas situações que envolvem o bem comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui realizadas nos permitem considerar que as teorias de Paulo Freire e Jean Piaget nos auxiliam na tarefa de pensar uma educação democrática, uma escola em que a democracia seja um valor.

Essa educação não se constitui por “fórmulas ou receitas prontas”. Para que seja realmente democrática, humana e justa, ela deve ser construída pelos sujeitos que nela estão inseridos, por meio das relações que estabelecem entre si e com o mundo. Mais do que transmitir uma variedade de conteúdos, a educação democrática busca atribuir significado e valor às relações e oportunizar a participação ativa de todos na construção de ideias, de realidades, de ações e de transformações.

O diálogo e o respeito mútuo são elementos essenciais para que a democracia se estabeleça na educação e, portanto, na sociedade. Esse

encontro amoroso entre iguais, perpassado pela reciprocidade, permite que diminua a desigualdade e a violência, caminhando rumo à justiça e à paz.

Para que a escola seja realmente democrática é preciso uma mudança de paradigma e um desejo daqueles que nela agem de transformar a realidade opressora. As ações podem ser as mais diversas, mas devem sempre ter como objetivo a autonomia, intelectual e moral.

Ao nos depararmos com um documento como a BNCC, que se aplica à educação de todo o nosso país, não podemos ser ingênuos, é preciso um olhar crítico e reflexivo. É preciso considerar os princípios envolvidos e a que eles se propõem. Devemos extrair da BNCC seus princípios humanos e que buscam a equidade e a justiça, e colocá-los em prol da transformação da sociedade em uma realidade mais justa para todos. Para alcançá-los, devemos lançar mão das contribuições das teorias de autores como Freire e Piaget, que nos dão pistas de como é e de como fazer uma educação democrática, uma educação de qualidade, boa para todos, que forme para a autonomia e para a paz.

Não pretendemos esgotar o assunto, pelo contrário, buscamos iniciar um diálogo, e, sem respostas prontas, mas com muitos questionamentos, contribuir para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. S. C. **Jean Piaget e Paulo Freire: Respeito Mútuo, Autonomia Moral e Educação.** 2018. 139f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Marília/SP, 2018.

BECKER, F. **O caminho da aprendizagem em Jean Piaget e Paulo Freire: da ação à operação.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 296p.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. 2018.

Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

CAMPOS, S. S. **Juízo moral e violência: a avaliação de situações de violência em crianças e adolescentes do ensino fundamental.** 2012. 153f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Marília/SP, 2018.

DONGO-MONTOYA, A. O. Prática e teoria no desenvolvimento: questão da tomada de consciência. **Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, SP, v. 21, n. 2, p. 235-244, 2017.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro, [1980], 2001. 117p.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1967], 2007. 158p.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Notas de Ana Maria Araújo Freire. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1992], 2008. 245p.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1970], 2011. 253p.

_____. **À sombra desta mangueira**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1995], 2013. 251p.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1996], 2016. 143p.

LA TAILLE, Y. de. A importância da generosidade no início da gênese da moralidade na criança. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. [on line]. v. 19, n.1, p. 9-17, 2006.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. Tradução de Dirceu Accioly e Rosa Maria Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Editora Forense, [1969], 1970. 182p.

_____. **Para onde vai a educação?** Tradução de Ivette Braga. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1971], 1973. 89p.

_____. **O juízo moral na criança**. Tradução de Elzon Lenardon. 4. ed. São Paulo: Summus, [1932], 1994. 302p.

_____. Os procedimentos da educação moral. *In*: MACEDO, L. (Org.). **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 01-36.

_____. **Sobre a pedagogia**: textos inéditos. Org. de Silvia Parrat-Dayán. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. 262p.

STRECK, D. *et all.* **Dicionário Paulo Freire**. 4 ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. 508p.

TOGNETTA, L. R. P. *et all.* **Um panorama geral da violência na escola e o que se faz para combatê-la**. Campinas: Mercado de Letras, 2010. 110p.

VINHA, T. *et all.* **Da escolar para a vida em sociedade:** o valor da convivência democrática. Americana, SP: Adonis, 2017. 248p.

WAISELFISZ, J. J. **Caderno temático 1 – o mapa da violência.** Recife – Flacso Brasil, 2016.